

Salários caem e os parlamentares evitam confronto

12 ABR 1994

Vanda Célia

A medida provisória que criou a Unidade Real de Valor, na forma em que foi reeditada pelo presidente Itamar Franco, vai impor aos 503 deputados e 81 senadores perda salarial de 16,43%, segundo cálculos feitos ontem pelas assessorias da Câmara dos Deputados e Senado Federal. De acordo com a nova conversão dos salários para a URV, determinada pela medida provisória, os deputados e senadores vão receber a partir de abril um total de 4.088,29 URV, ou seja, cerca de CR\$ 4,2 milhões por mês, no valor de hoje. Pela regra anterior, eles teriam direito a um salário de 4.892,05 URV, o equivalente a CR\$ 5,3 milhões.

Os funcionários do Congresso, do Poder Judiciário e do Ministério Público, também vão perder salários: a nova Medida Provisória vai lhes custar 6,53% nos rendimentos mensais. Só os empregados do Poder Executivo terão ganho, apesar de pequeno. Os cálculos feitos no salário de um almirante-de-esquadra, o mais alto ponto do Executivo, apontam para um aumento de 4,59%. De 1.920 URV, o salário passa a 2.008,51 URV.

"A situação pior é a dos deputados e senadores", afirma o vice-presidente da Câmara, Adylson Motta (PPR-RS). O parlamentar diz que há muita indignação com a perda nos salários. "Todo mundo está se queixando, mas vamos ter que nos conformar, vamos ficar aqui raspando parede para fazer farofa; não há outro jeito", conforma-se, admitindo

CARLOS MOURA 14.10.93



Adylson Motta: engolindo a seco

"engolir em seco". "Moralmente nós não temos como defender nossos salários, o povo condena", reconhece Motta, lembrando com saudade o tempo em que um deputado ganhava por mês o equivalente a US\$ 9 mil.

"A perda é gravíssima", afirma Paulo Paim (PT-RS), defensor dos salários no Congresso, embora não se disponha a informar o que vai fazer sobre seus próprios rendimentos. "Nosso negócio é lutar pelos servidores e não em causa própria", diz. O plenário, segundo Motta, está revoltado, mas ninguém quer comprar a briga salarial com o governo. O líder deste tipo de ação no Congresso é o deputado Nilson Gibson (PPR-PE), que ontem foi mais cedo para casa. "Ele está furioso, mas não há nada que a gente possa fazer", afirma Motta.